A C Ó R D Ã O Nº 33.087
(Processo nº 2002/50950-4)

Assunto: Tomada de Contas instaurada na Prefeitura Municipal de MEDICILÂNDIA, Convênio SAGRI nº.188/2001

Responsável: Sr. FRANCISCO AGUIAR SILVEIRA – Prefeito

Relator: Conselheiro NELSON LUIZ TEIXEIRA CHAVES

EMENTA: "São consideradas irregulares as contas em julgamento, devendo o responsável ser declarado em débito com o erário estadual pela importância recebida, mais multa regimental.

Relatório do Exmo. Sr. Conselheiro NELSON LUIZ TEIXEIRA CHAVES Processo nº.2002/50950-4

Tomada de Contas do Convênio nº. 188/2001, celebrado entre a SAGRI e a Prefeitura Municipal de Medicilândia, de responsabilidade do Sr. Francisco Aguiar Silveira- Prefeito, no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

O prazo de remessa não foi cumprido, ensejando a instauração da Tomada de Contas

O setor técnico e Ministério Público opinam pela irregularidade das contas com a devolução do valor recebido devidamente corrigido e acrescido de multa regimental, considerando a ausência de documentos comprobatórios da despesa.

Citado, o responsável não apresentou defesa.

É o Relatório

VOTO

Considero as contas irregulares, devendo o responsável devolver aos cofres públicos a quantia recebida, acrescida de multa regimental de R\$ 400,00, (quatrocentos reais) pelas irregularidade citadas.

A C O R D A M os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, julgar irregulares as contas, devendo o responsável devolver aos cofres publicos a importância de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), devidamente atualizada, mais a multa correspondente a R\$ 400,00 (quatrocentos reais) por não ter apresentado a esta Corte a competente prestação de contas no prazo regimental.

Plenário Conselheiro "Emílio Martins", em 10 de outubro de 2002.

SEBASTIÃO SANTOS DE SANTANA
Presidente

NELSON LUIZ TEIXEIRA CHAVES
Relator

ELIAS NAIF DAIBES HAMOUCHE

FERNANDO COUTINHO JORGE

MARIA DE LOURDES LIMA DE OLIVEIRA

Presente à sessão: O Procurador - Chefe Dr. Antonio Maria F. Cavalcante
Aj/Mat..0100026